

Termo de Referência 98/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
98/2024	510181-SUPERINTENDENCIA REGIONAL SUL	ANA CAROLINA ALVES MIRANDA	23/01/2025 16:03 (v 5.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	8/2024	35014.209135/2024-40

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de Planejamento, Manutenção, Operação e Controle (conforme plano – PMOC) com atividades corretivas e preventivas, fornecimento de peças, monitoramento e análise da qualidade do ar interior de ambientes climatizados (serviços sob demanda), instalação e desinstalação de condicionadores de ar tipo split (serviço eventual) e limpeza/higienização de dutos (serviço eventual) para os sistemas de climatização nas Unidades Operacionais do INSS localizadas nos estados do Paraná e Santa Catarina, e nas Gerências Executivas - GEX Porto Alegre, GEX Canoas, GEX Novo Hamburgo, GEX Caxias do Sul (exceto APS Nova Prata, APS Vacaria, APS Veranópolis) e GEX Pelotas (exceto APS Bagé, APS Canguçu e APS Piratini) no estado do Rio Grande do Sul, totalizando 8 (oito) polos regionais, com fornecimento de mão de obra, material e demais insumos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO (COM BDI)	VALOR TOTAL (24 MESES) (COM BDI)
POLO I (GEX Maringá e GEX Cascavel (exceto APS Coronel Vivida, Francisco Beltrão, Mangueirinha, Palmas, Pato Branco, Santo Antônio do Sudoeste, Realeza e Dois Vizinhos))							
	1	Serviços de manutenção, operação e controle dos equipamentos e sistemas de climatização pelo período de 24 meses nos imóveis climatizados do Polo Regional I.	2771	mês	24	R\$ 33.826,83	R\$ 811.843,92

1	2	Serviço sob demanda de análise microbiológica, física e química do ar interior, conforme NBR 14679, nos imóveis climatizados do Polo Regional I.	16500	un	376	R\$ 271,4	R\$ 102.046,4
	3	Serviços eventuais de limpeza, higienização e descontaminação de dutos do sistema de ar condicionado, conforme NBR 14679, nos imóveis climatizados do Polo Regional I.	2771	m	1446	R\$ 35,14	R\$ 50.812,44
	4	Serviços eventuais de instalações e desinstalações de equipamentos, conforme discriminado em planilha anexa a este Termo de Referência - valor global anual previsto, nos imóveis do Polo Regional I.	2020	un	2	R\$ 96.243,23	R\$ 192.486,46
Subtotal Grupo 1							R\$ 1.157.189,22
POLO II (GEX Londrina, Ponta Grossa (exceto Irati, São Mateus do Sul, Castro, Palmeira, Cedocprev Ponta Grossa, GEX/APS Ponta Grossa, APS União da Vitória))							
2	5	Serviços de manutenção, operação e controle dos equipamentos e sistemas de climatização pelo período de 24 meses nos imóveis climatizados do Polo Regional II.	2771	mês	24	R\$ 30.495,39	R\$ 731.889,36
	6	Serviço sob demanda de análise microbiológica, física e química do ar interior, conforme NBR 14679, nos imóveis climatizados do Polo Regional II.	16500	un	324	R\$ 271,4	R\$ 87.933,6
	7	Serviços eventuais de limpeza, higienização e descontaminação de dutos do sistema de ar condicionado, conforme NBR 14679, nos imóveis climatizados do Polo Regional II.	2771	m	1402	R\$ 35,14	R\$ 49.266,28
	8	Serviços eventuais de instalações e desinstalações de equipamentos, conforme	2020	un	2	R\$ 96.243,23	R\$ 192.486,46

		discriminado em planilha anexa a este Termo de Referência - valor global anual previsto, nos imóveis do Polo Regional II.					
Subtotal Grupo 2							R\$ 1.061.575,70
POLO III (GEX Curitiba e GEX Ponta Grossa (APS Irati, São Mateus do Sul, Castro, Palmeira, União da Vitória, GEX /APS Ponta Grossa) e APS Porto União (GEX Chapecó))							
3	9	Serviços de manutenção, operação e controle dos equipamentos e sistemas de climatização pelo período de 24 meses nos imóveis climatizados do Polo Regional III.	2771	mês	24	R\$ 34.939,27	R\$ 838.542,48
	10	Serviço sob demanda de análise microbiológica, física e química do ar interior, conforme NBR 14679, nos imóveis climatizados do Polo Regional III.	16500	un	272	R\$ 271,4	R\$ 73.820,8
	11	Serviços eventuais de limpeza, higienização e descontaminação de dutos do sistema de ar condicionado, conforme NBR 14679, nos imóveis climatizados do Polo Regional III.	2771	m	1624	R\$ 35,14	R\$ 57.067,36
	12	Serviços eventuais de instalações e desinstalações de equipamentos, conforme discriminado em planilha anexa a este Termo de Referência - valor global anual previsto, nos imóveis do Polo Regional III.	2020	un	2	R\$ 96.243,23	R\$ 192.486,46
Subtotal Grupo 3							R\$ 1.161.917,1
POLO IV (GEX Joinville e GEX Blumenau)							
	13	Serviços de manutenção, operação e controle dos equipamentos e sistemas de climatização pelo período de 24 meses nos imóveis	2771	mês	24	R\$ 22.433,71	R\$ 538.409,04

4		climatizados do Polo Regional IV.					
	14	Serviço sob demanda de análise microbiológica, física e química do ar interior, conforme NBR 14679, nos imóveis climatizados do Polo Regional IV.	16500	un	244	R\$ 293,33	R\$ 71.572,52
	15	Serviços eventuais de limpeza, higienização e descontaminação de dutos do sistema de ar condicionado, conforme NBR 14679, nos imóveis climatizados do Polo Regional IV.	2771	m	136	R\$ 32,65	R\$ 4.440,4
	16	Serviços eventuais de instalações e desinstalações de equipamentos, conforme discriminado em planilha anexa a este Termo de Referência - valor global anual previsto, nos imóveis do Polo Regional IV.	2020	un	2	R\$ 78.333,66	R\$ 156.667,32
Subtotal Grupo 4							R\$ 771.089,28
POLO V (GEX Florianópolis e GEX Criciúma)							
5	17	Serviços de manutenção, operação e controle dos equipamentos e sistemas de climatização pelo período de 24 meses nos imóveis climatizados do Polo Regional V.	2771	mês	24	R\$ 36.761,94	R\$ 882.286,56
	18	Serviço sob demanda de análise microbiológica, física e química do ar interior, conforme NBR 14679, nos imóveis climatizados do Polo Regional V.	16500	un	364	R\$ 293,33	R\$ 106.772,12
	19	Serviços eventuais de limpeza, higienização e descontaminação de dutos do sistema de ar condicionado, conforme NBR 14679, nos imóveis climatizados do Polo Regional V.	2771	m	366	R\$ 32,65	R\$ 11.949,9
	20	Serviços eventuais de instalações e desinstalações	2020	un	2	R\$ 91.878,02	R\$ 183.756,04

		de equipamentos, conforme discriminado em planilha anexa a este Termo de Referência - valor global anual previsto, nos imóveis do Polo Regional V.					
Subtotal Grupo 5							R\$ 1.184.764,62
POLO VI (GEX Chapecó e GEX Cascavel (APS Coronel Vivida, Francisco Beltrão, Mangueirinha, Palmas, Pato Branco, Santo Antônio do Sudoeste, Realeza e Dois Vizinhos))							
6	21	Serviços de manutenção, operação e controle dos equipamentos e sistemas de climatização pelo período de 24 meses nos imóveis climatizados do Polo Regional VI.	2771	mês	24	R\$ 26.450,62	R\$ 634.814,88
	22	Serviço sob demanda de análise microbiológica, física e química do ar interior, conforme NBR 14679, nos imóveis climatizados do Polo Regional VI.	16500	un	256	R\$ 293,33	R\$ 75.092,48
	23	Serviços eventuais de limpeza, higienização e descontaminação de dutos do sistema de ar condicionado, conforme NBR 14679, nos imóveis climatizados do Polo Regional VI.	2771	m	102	R\$ 32,65	R\$ 3.330,3
	24	Serviços eventuais de instalações e desinstalações de equipamentos, conforme discriminado em planilha anexa a este Termo de Referência - valor global anual previsto, nos imóveis do Polo Regional VI.	2020	un	2	R\$ 78.333,66	R\$ 156.667,32
Subtotal Grupo 6							R\$ 869.904,98
POLO VII (GEX Porto Alegre, GEX Canoas (APS Cachoeirinha, Esteio, Gravataí, Cedocprev Canoas, Guaíba, GEX /APS Canoas) e GEX Pelotas (exceto APS Bagé, Canguçu e Piratini))							
	25	Serviços de manutenção, operação e controle dos equipamentos e sistemas de	2771	mês	24	R\$ 38.785,33	R\$ 930.847,92

7		climatização pelo período de 24 meses nos imóveis climatizados do Polo Regional VII.					
	26	Serviço sob demanda de análise microbiológica, física e química do ar interior, conforme NBR 14679, nos imóveis climatizados do Polo Regional VII.	16500	un	264	R\$ 250,87	R\$ 66.229,68
	27	Serviços eventuais de limpeza, higienização e descontaminação de dutos do sistema de ar condicionado, conforme NBR 14679, nos imóveis climatizados do Polo Regional VII.	2771	m	522	R\$ 29,31	R\$ 15.299,82
	28	Serviços eventuais de instalações e desinstalações de equipamentos, conforme discriminado em planilha anexa a este Termo de Referência - valor global anual previsto, nos imóveis do Polo Regional VII.	2020	un	2	R\$ 74.202,97	R\$ 148.405,94
Subtotal Grupo 7							R\$ 1.160.783,36
POLO VIII (GEX Caxias do Sul (exceto APS Nova Prata, Vacaria e Veranópolis), GEX Novo Hamburgo e GEX Canoas (APS Osório, Santo Antônio da Patrulha, Torres, Butiá e São Jerônimo))							
8	29	Serviços de manutenção, operação e controle dos equipamentos e sistemas de climatização pelo período de 24 meses nos imóveis climatizados do Polo Regional VIII.	2771	mês	24	R\$ 26.704,18	R\$ 640.900,32
	30	Serviço sob demanda de análise microbiológica, física e química do ar interior, conforme NBR 14679, nos imóveis climatizados do Polo Regional VIII.	16500	un	352	R\$ 250,87	R\$ 88.306,24
	31	Serviços eventuais de limpeza, higienização e descontaminação de dutos do sistema de ar condicionado, conforme NBR 14679, nos imóveis climatizados do Polo Regional VIII.	2771	m	548	R\$ 29,31	R\$ 16.061,88

	32	Serviços eventuais de instalações e desinstalações de equipamentos, conforme discriminado em planilha anexa a este Termo de Referência - valor global anual previsto, nos imóveis do Polo Regional VIII.	2020	un	2	R\$ 74.202,97	R\$ 148.405,94
Subtotal Grupo 8							R\$ 893.674,38

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados do início da vigência do contrato (conforme marcos informados no item 4 do Termo de Referência), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é fundamental para o funcionamento dos equipamentos de climatização, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando as justificativas do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 29979036000140-0-000003/2024
- II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- III) Id do item no PCA: 311, 312 e 313
- IV) Classe/Grupo: 871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS
- V) Identificador da Futura Contratação: 510181-10/2024, 510181-9/2024 e 510181-8/20

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A seguir foram resumidos os requisitos mais relevantes para a contratação, mais detalhes e justificativas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

Sustentabilidade:

4.1. Devem ser atendidos os seguintes requisitos de sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Deverão ser observados os critérios de composição e adequado recolhimento no fornecimento de pilhas e baterias;

4.1.2. Deverão ser cumpridos os procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs;

Subcontratação

4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças em equipamentos de climatização e instalação/desinstalação de condicionadores de ar tipo split.

4.2.2. A subcontratação fica limitada às parcelas:

4.2.2.1. Limpeza de dutos

4.2.2.2. Análise e monitoramento da qualidade do ar

4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação:

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.5. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.6. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.8. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 16:00 horas.

4.9. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia mediante agendamento através dos e-mails "Serviço de Licitações SRSUL" <serlic.srsul@inss.gov.br> e "Divisão De Logística, Licitações E Contratos SRSUL" <dlc.srsul@inss.gov.br>.

4.10. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.11. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.12. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

HABILITAÇÃO TÉCNICA E ATENDIMENTO A NORMAS

4.13. O serviço em questão é do tipo técnico especializado e requer profissionais adequadamente capacitados, qualificados e registro de responsabilidade técnica,

4.14. Será exigido o cumprimento de leis normas técnicas da ABNT e recomendações dos fornecedores pertinentes.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Execução

5.1.1. O início da execução do objeto se dará conforme abaixo:

- Polo I (GEX Maringá e parte da GEX Cascavel) - início de vigência após o término da vigência do Contrato n.º 103/2022, que ocorre em 20/06/2025.
- Polo II (GEX Londrina e parte da GEX Ponta Grossa) - início de vigência após o término da vigência do Contrato n.º 103/2022, que ocorre em 20/06/2025.
- Polo III (GEX Curitiba, parte da GEX Ponta Grossa e APS União da Vitória) - início com a assinatura do contrato;
- Polo IV (GEX Joinville e Blumenau) - início imediato, com a assinatura do contrato;
- Polo V (GEX Florianópolis e Criciúma) - início imediato, com a assinatura do contrato;
- Polo VI (GEX Chapecó e parte da GEX Cascavel) - início imediato, com a assinatura do contrato; exceto as APS Realeza e Dois Vizinhos (GEX Cascavel), que iniciarão quando do término da vigência do Contrato n.º 103/2022, que ocorre em 20/06/2025.
- Polo VII (GEX Porto Alegre e parte das GEX Canoas e Pelotas) - início imediato, com a assinatura do contrato, exceto as unidades da GEX Pelotas, que iniciarão em 04/10/2025;
- Polo VIII (GEX Novo Hamburgo e parte das GEX Caxias do Sul e Canoas) - início com a assinatura do contrato, exceto a APS Encantado, que iniciará após a supressão da unidade do contrato Contrato n.º 66/2021, em data a ser informada à contratada com antecedência mínima de 10 dias corridos.

5.1.2. Após a assinatura do contrato deverá ocorrer uma reunião, com a presença das partes interessadas (preposto da empresa, o gestor do contrato, o fiscal administrativo e o fiscal técnico), com o objetivo de esclarecer pelo menos os seguintes pontos:

- a) o objeto do contrato e o modelo de execução do objeto;
- b) a forma de comunicação entre as partes, que deverá ocorrer primordialmente entre representantes da organização e o preposto da contratada;
- c) as providências previstas para a inserção da contratada na organização;
- d) tempo de atendimento dos chamados;
- e) o modelo de gestão do contrato, que inclui a forma de acompanhamento dos trabalhos;
- f) informações sobre a forma de gerenciamento dos serviços de manutenção;
- g) as formas de recebimento provisório e definitivo;
- h) as sanções e glosas aplicáveis;
- i) os procedimentos de faturamento e pagamento;
- j) detalhar os campos da OS na reunião, os critérios de qualidade utilizados e as situações que ensejem a recusa de produtos e serviços;
- k) cronograma de execução dos serviços (manutenções preventivas).

5.1.3. No início da execução dos serviços, a Contratada deverá apresentar:

- Em até 10 dias da assinatura do contrato, Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, emitida pelo CREA ou Termo de Responsabilidade Técnica - TRT emitido pelo CRT referente aos serviços contratados, com respectivo comprovante de pagamento, devidamente atualizada a cada renovação contratual, nos termos da Resolução CONFEA N.º 1.025, de 2009, e Resolução CFT N.º 055, de 2019; Caso ocorra a substituição do Responsável Técnico durante a vigência do contrato, a empresa deverá submeter à aprovação do CONTRATANTE a Certidão de Acervo Técnico - CAT do novo profissional, e emitir nova Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.
- Relação nominal dos funcionários da empresa que prestarão serviços ao INSS, constando os respectivos documentos de identificação. Para acesso dos profissionais às dependências das unidades do INSS, faz-se necessário o uso de uniforme e crachá identificando o prestador do serviço;
- Indicação expressa do preposto da CONTRATADA perante o INSS.
- Indicação expressa de números de telefones (comerciais, técnicos, emergência), endereço de e-mail, ou link de acesso a software / aplicativo, para realização dos chamados / solicitações de serviços corretivos;
- Cronograma estimativo de execução dos serviços preventivos, dentro dos limites do item 5.1.5.

5.1.4. A Contratada tem um prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato para apresentar todas as documentações e informações exigidas no item 5.1.3, exceto o cronograma de execução dos serviços, que seguirá o prazo de apresentação do PMOC, conforme item 5.5.2.

5.1.5 Para a prestação dos serviços de manutenção preventiva, a CONTRATADA deverá obedecer ao prazo estabelecido pela tabela de cronograma de vistorias preventivas abaixo para executar as rotinas mensal, trimestral e semestral previstas neste Termo de Referência, nos imóveis vinculados ao Polo Regional para o qual prestará o serviço:

Cronograma de Vistorias Preventivas		
Item	Atividade Manutenção Preventiva	Prazo para execução pela Contratada
a	Primeira rotina Mensal de Manutenção Preventiva	Realização e conclusão dos serviços em até 30 dias após a data de início de execução dos serviços.
b	Primeira rotina Trimestral de Manutenção Preventiva	Realização e conclusão dos serviços em até 90 dias após a data de início de execução dos serviços.
c	Primeira rotina Semestral de Manutenção Preventiva	Realização e conclusão dos serviços em até 180 dias após a data de início de execução dos serviços..
d	Demais rotinas	Conforme periodicidade indicada no PMOC (mensal, trimestral, semestral)

5.1.5.1. Somente será aceita uma rotina mensal para cada edifício dentro de cada período de medição, que irá do dia 20 do mês anterior até dia 19 do mês da competência.

5.2. Considerações gerais:

5.2.1. As especificações definem técnicas e rotinas a serem seguidas pela Contratada, em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, com o objetivo de permitir o perfeito funcionamento dos equipamentos, objeto do Edital, de forma a proporcionar atividades ininterruptas na unidade de uso do INSS.

5.2.2. Os preços apresentados pela Contratada deverão cobrir todos os custos dos serviços, abrangendo o fornecimento de mão de obra especializada, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas e equipamentos, transporte, remoção de móveis, máquinas ou equipamentos para execução dos serviços e seu reposicionamento no local, limpeza da área utilizada após conclusão dos serviços, descarte das peças substituídas, enfim, tudo o que for preciso para garantir a qualidade e funcionalidade dos serviços solicitados.

5.2.3. Se constatado pela Contratada o mau uso dos equipamentos por parte do usuário, de forma a contribuir para o surgimento de falhas, este fato deve ser registrado e comunicado ao Fiscal Técnico com descrição detalhada da ocorrência, sem que isto seja impeditivo para o atendimento.

5.2.3.1. A omissão da Contratada em apontar problemas ou situações que possam vir a comprometer o funcionamento dos equipamentos não a eximirá da responsabilidade, e do ônus, da manutenção.

5.2.4. A execução dos serviços deverá **ser prestada por Técnicos devidamente habilitados e vinculados à Licitante vencedora durante o período de vigência da Contratação do objeto da licitação** sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE além daqueles constantes na Proposta Licitante Vencedora.

5.2.5. Para cada profissional, devem ser providenciados pela Contratada os equipamentos de proteção individual (EPI), adequados a cada tipo de tarefa, tais como: botas, capacetes, luvas, óculos de proteção, máscaras, cinto de segurança, protetor auricular, capas de chuva, macacões, etc. Além do fornecimento dos EPI, a Contratada deverá orientar e fiscalizar seus funcionários sobre a sua utilização e manutenção.

5.2.7. Os serviços descritos neste Termo de Referência devem ser executados conforme recomendações dos fabricantes dos equipamentos, das normas a seguir e também de outras normas não citadas ou publicadas posteriormente, desde que aplicáveis. Quando houver divergência entre normas, deverá ser adotada a mais rigorosa.

- LEI Nº 4.150, de 21 de novembro de 1962. Institui o regime obrigatório de preparo e observância das normas técnicas nos contratos de obras e compras do serviço público de execução direta, concedida, autárquica ou de economia mista, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas e dá outras providências.
- LEI Nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018. Dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes;
- Portaria do Ministério da Saúde Nº 3523, de 28 de agosto de 1998. Dispõe sobre Regulamento Técnico contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, para garantir a Qualidade do Ar de Interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados;
- Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis.
- Resolução ANVISA Nº 09, de 16 de janeiro de 2003. Dispõe sobre Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo;
- Portaria MARE Nº 2.296, de 23 de julho de 1997. Dispõe sobre as Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, devidamente atualizadas, constantes do Anexo a esta Portaria, como exigências mínimas de aceitabilidade na construção, manutenção e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG;
- Guia de Recomendações Técnicas para o Setor AVAC-R – Renabracas da ABRAVA;
- Manuais de Boas Práticas – Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs - PBH

5.2.8. Todos os trabalhos deverão ser executados por mão de obra especializada, com a utilização de ferramentas apropriadas de modo a garantir a conservação e o perfeito funcionamento dos mesmos.

5.2.8.1. Os funcionários da Contratada deverão ter à sua disposição todas as ferramentas, equipamentos e instrumentos necessários para execução dos serviços, por exemplo: conjunto manifold, cortador, curvador, flangeador, alargador de tubos, bomba de vácuo, detector de vazamentos, vacuômetro, recolhedora de gás, balança digital, termômetros, alicate amperímetro, maçarico tubo tocha, multímetro, megômetro, higrômetro, anemômetro, termoanemômetro, nível, mala de ferramentas completa, conjunto de chaves.

5.2.9. Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade pelo deslocamento de seus Técnicos ao local da execução dos serviços objeto da licitação, pela retirada e entrega dos materiais e todas as despesas de transporte, frete e seguros correspondentes.

5.2.10. Durante a realização dos serviços fica a Contratada obrigada a sinalizar convenientemente e/ou isolar o local e o equipamento, objetivando a segurança dos seus funcionários, dos usuários e servidores.

5.3 Peças e componentes:

5.3.1. Será de responsabilidade da Contratada, sem qualquer ônus adicional ao Contratante, o fornecimento de todas e quaisquer peças, componentes, acessórios – inclusive controles, suportes, filtros, contadoras, pressostatos, tubos elastoméricos, material p / isolamento térmico de dutos, termostato, recuperação de gabinete, relés, bombas de dreno e itens manufaturados – cuja substituição se faça necessária para o perfeito funcionamento dos equipamentos. Desse modo, a Contratada deverá obrigatoriamente considerar os correspondentes custos na composição e formação do preço ofertado.

5.3.2. Toda intervenção com substituição de quaisquer peças, componentes ou acessórios deverá ser informada à Fiscalização no relatório do serviço. As peças as peças substituídas deverão ser genuínas, com garantia, compatível com as recomendações do fabricante. Em caso da não existência de peças novas no mercado, devidamente comprovadas pela Contratada, as mesmas deverão ser manufaturadas, mediante prévia autorização da Fiscalização.

5.3.3. A responsabilidade com relação à aquisição e integridade dos materiais e componentes fornecidos será única e exclusivamente da Contratada. A Contratante não assumirá qualquer corresponsabilidade pelas mercadorias, mesmo que já depositadas nas dependências desta.

5.3.4. Não será admitido em hipótese alguma o emprego de materiais/peças de reposição reconicionados e/ou reaproveitados de outras instalações/equipamentos, salvo expresse consentimento da CONTRATANTE, devidamente formalizado em relatório, sob pena de aplicação das penalidades previstas contratualmente e da imediata substituição do(s) item(s), sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.3.5. Como padrão de referência, deverão ser observadas as marcas e os modelos dos componentes instalados. Não havendo mais no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável), será admitida substituição por similar ou superior em qualidade.

5.4. Materiais de consumo:

5.4.1. Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento, sem qualquer ônus adicional ao Contratante, de todo e qualquer material de consumo cuja utilização se faça necessária para a perfeita realização dos serviços. Desse modo, a Contratada deverá obrigatoriamente considerar os correspondentes custos na composição e formação do preço ofertado.

5.4.2. Alguns dos materiais de consumo que poderão ser utilizados são: álcool, água destilada, óleos lubrificantes, detergentes, sabões, vaselina, estopas, panos, palha de aço, utensílios e produtos químicos de limpeza, graxas e desengraxantes, desencrustantes, produtos anti-ferrugem, solventes, materiais de escritório, fitas isolantes, fitas teflon veda rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, epóxi, buchas de nylon, lixas, escovas de aço e nylon, massa de vedação, material de soldagem, brocas, oxigênio, nitrogênio, acetileno e outros similares, estopa, graxa, material para soldagem, gás refrigerante, material de limpeza e desinfecção, produtos de pintura, nitrogênio, espumas expansivas para vedação, lubrificantes etc.

5.4.3. Os saneantes utilizados devem ser biodegradáveis e estar devidamente registrados no Ministério da Saúde para uso em sistemas de climatização, sem prejuízo aos demais normativos ambientais.

5.5. Implantação do PMOC:

5.5.1. Fica a Contratada obrigada a elaborar, implantar, executar e manter disponível e sempre atualizado o PMOC para todos os equipamentos e sistemas de climatização abrangidos pelo Contrato.

5.5.2. O responsável técnico pela execução dos serviços de manutenção, terá as atribuições do artigo 6º da Portaria MS/GM Nº 3.523, de 1998, para implantar, em até 30 dias contados do início de prazo de execução dos serviços, prorrogável por igual período caso a Contratada apresente as justificativas e seja aprovado pela fiscalização, o PMOC da parcela do sistema de climatização sob sua responsabilidade, coerente com os procedimentos, metodologias e tecnologias a empregar descritos neste Termo de Referência.

5.5.3. Enquanto está sendo elaborado o PMOC, a empresa deverá executar as atividades de manutenção preventiva e corretiva previstas no Termo de Referência.

5.5.4. O prazo de implantação será considerado atendido com a submissão das minutas de PMOC, em formato digital (.pdf), para aprovação da fiscalização conforme este Termo de Referência.

5.5.5. Em relação aos procedimentos, regulamentos, normas técnicas, padrões e parâmetros, o PMOC deverá obedecer, no mínimo:

- O Regulamento Técnico disposto pela Portaria GM/MS nº 3.523, de 28/08/1998 – contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, com isso, o sistema de climatização deve estar em condições adequadas de limpeza, manutenção, operação e controle, visando a prevenção de riscos à saúde dos ocupantes.
- Os Padrões, Valores, Parâmetros e Procedimentos necessários à garantia da boa qualidade do ar interior, suas tolerâncias e métodos de controle, inclusive de temperatura, umidade, velocidade, taxa de renovação e grau de pureza, regulamentados na Resolução nº 9, de 16 de janeiro de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, e posteriores alterações.
- As Normas Técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

5.5.6. A estrutura documental do PMOC deverá se constituir, no mínimo, dos pontos básicos dispostos no Anexo I da Portaria GM/MS nº 3.523/1998, abaixo:

- Identificação do Ambiente ou Conjunto de Ambientes;
- Identificação do Proprietário (Contratante);
- Identificação do Responsável Técnico (ART/RRT);
- Relação dos Ambientes Climatizados;
- Documento com o levantamento dos equipamentos (contendo a marca, tipo, capacidade, Gás utilizado e Nº TAG de identificação),
- Cronograma de Manutenções Preventivas;
- Plano de Tarefas das Manutenções Preventivas, por tipo de equipamento;
- Periodicidade das Manutenções Preventivas, por tipo de equipamento;

- Recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência para garantia de segurança do sistema de climatização

5.5.7. Conforme disposto na Portaria GM/MS 3.523/98 e da Resolução nº 9/2003 da ANVISA, são atribuições do Responsável Técnico pelo PMOC:

- Elaborar, implantar e manter disponível no imóvel o PMOC adotado para o sistema de climatização.
- Garantir a aplicação do PMOC por intermédio da execução contínua direta ou indireta desse serviço.
- Manter disponível o registro da execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC.
- Divulgar, os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle dos serviços contratados, aos representantes da Contratante.
- Orientar a Contratante e promover a correção, no que lhe couber, das condições encontradas em desconformidade com as disposições legais.

5.5.8. As rotinas de manutenção preventiva descritas neste Termo de Referência constituem os serviços mínimos de manutenção preventiva para garantir o bom funcionamento dos equipamentos e que deverão nortear a elaboração do plano de manutenção por parte da CONTRATADA.

5.6. Local e horário da prestação dos serviços

5.6.1. Os serviços serão prestados nos endereços listados no Anexo I-B deste Termo de Referência;

5.6.2. Os serviços serão prestados no período de funcionamento das unidades (compreendido entre 7h e 19 h), em dias úteis. Após a assinatura do contrato, serão informados à contratada os horários de funcionamento de cada unidade.

5.6.3. Deve ser respeitado o horário de funcionamento do local onde os equipamentos estiverem instalados. Na impossibilidade de o atendimento ser concluído, o mesmo deverá ser reiniciado na primeira hora útil do dia útil seguinte preferencialmente.

5.6.4. Os serviços devem ser executados, sempre que possível, em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento do Contratante. Deve-se atentar para os casos em que o serviço do órgão não possa ser interrompido, como no caso das perícias médicas.

5.6.5. A execução dos serviços de manutenção que dependam de desligamento da energia e causem prejuízos de continuidade ao funcionamento do Órgão devem ser feitas fora do horário de atendimento ao público, sem encargos adicionais.

5.7. Solicitação, Registro e Acompanhamento dos Serviços

5.7.1. Os modelos de Relatório Técnico de Visita - RTV e Relatório de Ordem de Serviço Corretiva constam no Anexo I-H. Estes modelos poderão ser modificados durante a execução dos contratos, caso a Administração veja necessidade de fazê-lo para alcançar os objetivos da contratação.

5.7.2. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser executados independentemente de chamado ou de ter havido manutenção corretiva no período, seguindo o cronograma do PMOC elaborado a partir dos procedimentos e das periodicidades estabelecidas neste Termo de Referência.

5.7.3. Para os serviços de manutenção corretiva, o servidor designado pela autoridade competente da Contratante encaminha a solicitação por e-mail para a empresa Contratada, com cópia para o setor de fiscalização técnica do INSS, informando o nome da unidade, o responsável, local de instalação do equipamento, TAG e problema aparente identificado.

5.7.3.1. A data de envio do e-mail corresponderá à data do chamado, a partir da qual se contará o prazo de atendimento.

5.7.3.2. O fechamento do chamado será feito pela Contratante no horário da apresentação do serviço finalizado para recebimento pela fiscalização setorial. Não havendo o recebimento ou havendo pendências, novo prazo poderá ser estabelecido pela fiscalização, quando será registrado na OS o motivo do serviço ficar incompleto e a previsão de retorno. Na continuidade do atendimento será utilizado outro formulário, seguindo o mesmo procedimento até o recebimento.

5.7.3.3. O Fiscal técnico poderá solicitar fotos para auxiliar na comprovação da execução do serviço.

5.7.4. Os registros nos relatórios devem ser feitos de forma clara e compreensível. Os relatórios deverão ficar disponíveis no PMOC (local do serviço), e serem disponibilizados à Fiscalização e à Contratada. Deve ser incluído o registro dos números de série/modelos substituídos e substitutos, quando houver.

5.7.5. Os relatórios deverão possuir a identificação e assinatura de quem acompanhou pela Contratante e quem executou os serviços pela Contratada, incluindo apontamentos, caso necessário. É de responsabilidade da Contratada a obtenção do ateste do fiscal setorial nos relatórios.

5.7.6. Todos os relatórios preenchidos e atestados na competência devem ser submetidos à análise do responsável técnico, que elaborará Relatório Mensal, conforme modelo do Anexo I-I, abrangendo todos os serviços executados.

5.7.7. O Relatório Mensal de cada competência, devidamente assinado pelo responsável técnico, deverá ser entregue em formato digital à Fiscalização para análise do recebimento provisório, juntamente com cópia dos relatórios de campo, em até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela.

5.7.7.1. A Nota Fiscal NÃO deverá ser enviada junto com o Relatório Mensal, mas somente sob indicação da Contratante após recebimento definitivo.

ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

5.8. Manutenção Preventiva

5.8.1. Os serviços descritos abaixo devem ser executados conforme recomendações dos fabricantes dos equipamentos, das normas a seguir e também de outras normas não citadas ou publicadas posteriormente, desde que aplicáveis. Quando houver divergência entre normas, deverá ser adotada a mais rigorosa.

- I. ABNT NBR 5410:2004 - Instalações elétricas de baixa tensão;
- II. ABNT NBR 10151:2000 Acústica - Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade - Procedimento;
- III. ABNT NBR 10152:2017 - Níveis de ruído para conforto acústico - Procedimento;
- IV. ABNT NBR 13598:2018 - Vasos de pressão para refrigeração;
- V. ABNT NBR 13.971:2014 - Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento - Manutenção programada;
- VI. ABNT NBR 15.848:2010 - Sistemas de ar-condicionado e ventilação - Procedimentos e requisitos relativos às atividades de construção, reformas, operação e manutenção das instalações que afetam a qualidade do ar interior (QAI);
- VII. ABNT NBR 15960:2011 - Fluidos frigoríficos - Recolhimento, reciclagem e regeneração (3R) - Procedimento;
- VIII. ABNT NBR 16186:2013 - Refrigeração comercial, detecção de vazamentos, contenção de fluido frigorífico, manutenção e reparos;
- IX. ABNT NBR 15960:2011 - Fluidos frigoríficos - Recolhimento, reciclagem e regeneração (3R) - Procedimento;
- X. ABNT NBR 16069:2018 - Segurança em sistemas frigoríficos;
- XI. Resolução CONAMA Nº 340, de 25 de setembro 2003. Dispõe sobre a utilização de cilindros para o vazamento de gases que destroem a Camada de Ozônio, e dá outras providências;

5.8.2. A manutenção preventiva consistirá em procedimentos de manutenção visando prevenir situações que possam gerar falhas ou defeitos, a conservação e o perfeito funcionamento dos equipamentos, observando-se as periodicidades constantes neste Termo de Referência, bem como recomendar ao INSS eventuais providências, sob o seu controle, que possam interferir no desempenho dos mesmos.

5.8.3. Constarão da manutenção preventiva, entre outros procedimentos necessários à conservação e ao perfeito funcionamento dos equipamentos, os seguintes serviços:

- 5.8.3.1. Manutenções mecânicas, elétricas e eletrônicas dos equipamentos;
- 5.8.3.2. Manutenções mecânicas, elétricas e eletrônicas dos componentes dos circuitos e sistemas hidráulicos;
- 5.8.3.3. Manutenções mecânicas, elétricas e eletrônicas dos componentes dos circuitos e sistemas de climatização;
- 5.8.3.4. Manutenção de todas as peças e componentes periféricos, inerentes ao perfeito funcionamento dos equipamentos;
- 5.8.3.5. Limpeza geral dos equipamentos;
- 5.8.3.6. Lubrificação geral dos equipamentos;
- 5.8.3.7. Conferência e reposição do gás refrigerante e de outros tipos de gases, de modo a garantir a carga térmica necessária ao rendimento otimizado dos equipamentos;
- 5.8.3.8. Substituição de peças e componentes, quando detectada a falha e em caso de disponibilidade imediata.
- 5.8.3.9. Orientação ao usuário sobre a utilização segura dos equipamentos, dando-lhe noções básicas que propiciem o autoatendimento na solução de pequenos problemas e recomendações em situações de falha do equipamento e outras de emergência presente no PMOC, ficando exclusivamente a critério do usuário a dispensa da orientação correspondente.

5.8.4. Os prazos para atendimento devem respeitar as periodicidades mínimas podendo ser antecipados ou adiados em até 5 dias úteis a critério da contratada e em até 10 dias úteis com aprovação da fiscalização.

5.8.5. As alterações nas datas de atendimento devem ser comunicadas à fiscalização e à unidade a ser atendida com no mínimo 2 dias úteis de antecedência.

5.8.6 A frequência e periodicidade deve respeitar o descrito abaixo:

Sigla	Atividade
VR	Na verificação de um componente, além do aspecto geral, observar operação, limpeza, corrosão, desgaste, fixação, ruído, vibração, aquecimento, vazamento, condensação e lubrificação (quando aplicáveis). Corrigir imediatamente caso qualquer dos parâmetros esteja fora do padrão e registrar no campo observação da Ordem de Serviço.
AJ	O ajuste/substituição deve ser feito independentemente de necessidade aparente.
LB	A lubrificação consiste na retirada do lubrificante antigo e substituição por um novo, deve ser feita independentemente de necessidade aparente.
LM	A limpeza e deve ser feita independentemente de necessidade aparente.
LA	Fornecimento de laudo de avaliação
RE	Registro da informação na Ordem de Serviço

Sigla	M	T	S
Período	Mensal	Trimestral	Semestral

Geral			
Descrição	Equipamento	Atividade	Período
Espaço livre adequado para acesso aos equipamentos	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	VR	M
Disponibilidade de placa de identificação de fábrica	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	VR + RE	S
Agentes prejudiciais a troca térmica, obstáculos no ambiente, fontes de poluição próximas a tomadas de ar	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	VR	M
Superfície externa	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	LM	T
Aspecto geral	Caixa de ventilação	VR	M

Retocar pintura	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	AJ	S
Recuperar partes ou substituir peças com oxidação avançada.	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	VR	S
Filtro de ar			
Descrição	Equipamento	Atividade	Período
Filtro de ar	Caixa de ventilação	VR	M
Filtro de ar	ACJ + SPLIT + SELF	VR + LM	M
Substituir filtro de ar descartável	Caixa de ventilação	AJ	T
Circuito de fluido refrigerante			
Descrição	Equipamento	Atividade	Período
Tubulações frigorígenas	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	VR	T
Isolamento termoacústico	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	VR	S
Filtro de secador	CENTRAL	VR	S
Visor da linha de líquido	CENTRAL	VR	S
Nível de refrigerante	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	VR	S
Serpentinas e aletas do evaporador e condensador	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	VR + LM	T
Desencrustação das serpentinas do evaporador e condensador	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	LM	S
Dutos			
Descrição	Equipamento	Atividade	Período
Tomada de ar externo	SELF + Caixa de ventilação	LM	M

Venezianas, grelhas e difusores	Duto	VR	T
Fixação de venezianas, grelhas e difusores	Duto	AJ	S
Controles			
Descrição	Equipamento	Atividade	Período
Alarmes, indicadores visuais e sonoros	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	VR	M
Dispositivos de controle e proteção	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	VR	M
Regular dispositivos de proteção, operação, controle e segurança	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	AJ	S
Aferir a leitura dos instrumentos	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	AJ	A
Sistemas elétricos e eletrônicos			
Descrição	Equipamento	Atividade	Período
Sistemas eletrônicos	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	VR	T
Botões, interruptores e sinais do display	ACJ + SPLIT	VR	M
Instalação elétrica, cabos, contatos e terminais	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	VR	T
Reapertar conexões elétricas e mecânicas	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	AJ	S
Dispositivos elétricos de partida	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	VR	S
Fiações, barramento e sistemas de aterramento	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	VR	S
Disjuntor e interruptor de emergência	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	VR	S
Sistemas hidráulicos			

Descrição	Equipamento	Atividade	Período
Sistema de drenagem	ACJ + SPLIT + CENTRAL + VRF	VR	T
Bomba de drenagem	CENTRAL + VRF	VR	T
Bandeja	ACJ + SPLIT	VR	M
Bandeja	ACJ + SPLIT HW e PT	LM	S
Bandeja	SPLIT K7 + SELF	LM	M

5.8.7. A Tabela anterior mostra a rotina de atividades mínimas. Mudanças necessárias serão permitidas quando justificadas pela intensidade de uso das instalações e componentes, pelas condições locais, pela experiência fundamentada do Contratante e pelas recomendações dos fabricantes e fornecedores, mediante submissão prévia de justificativas encaminhadas pelo Responsável Técnico da Contratada à Fiscalização Técnica da Contratante, seguida de análise e aprovação da Contratante.

5.8.8. A limpeza dos filtros laváveis deve ser feita com água e detergente neutro no mínimo a cada 2 meses, sendo aceitável nos demais meses para atendimento da rotina mensal a limpeza com aspirador ou outro método mecânico a seco que não espalhe as partículas filtradas no ambiente interno.

5.8.9. Deve ser feita uma limpeza geral em todos os módulos dos equipamentos, interna e externa, usando a bolsa para recolhimento de água (quando aplicável), com desincrustador e bactericida apropriado, na menor concentração possível, a cada 6 meses no mínimo.

5.9. Manutenção Corretiva

5.9.1. A manutenção corretiva consistirá no atendimento às solicitações do INSS, quantas vezes forem necessárias, sempre que houver interrupção do funcionamento normal ou quando for detectada a necessidade de recuperação, substituição de peças para a correção de defeitos detectados durante a manutenção preventiva ou que venham a prejudicar o funcionamento de quaisquer dos equipamentos ou comprometer a qualidade do ar interior dos ambientes climatizados e a segurança dos ocupantes desses ambientes.

5.9.2. A manutenção corretiva não trará ônus adicional à Contratante, pois os custos envolvidos deverão estar incluídos nos Serviços de manutenção, operação e controle dos equipamentos e sistemas de climatização, contratado na forma de empreitada por preço global.

5.9.3. A descontinuidade da climatização do ambiente, a redução da capacidade de refrigeração/aquecimento, alteração das características originais do sistema ou retirada do equipamento para oficina, entre outras ocorrências são consideradas anormais e devem ser comunicadas à Fiscalização.

5.9.4. Quando não houver disponibilidade de peças no mercado, devido à descontinuidade da produção pelo fabricante, concomitante à impossibilidade de manufatura, deverá a Contratada provar a irreparabilidade do equipamento, cabendo à Fiscalização a análise das alegações apresentadas e prosseguimento das medidas cabíveis.

5.9.5. Caso os serviços de manutenção corretiva não possam ser executados nas dependências da Contratante, o procedimento de retirada e reinstalação dos equipamentos para reparos será de inteira responsabilidade da Contratada, inclusive qualidade, transporte, custos e cumprimento de prazos, mesmo que se dependa de serviços de terceiros. A retirada do equipamento poderá ser efetuada após a assinatura da respectiva Autorização de Saída, a ser emitido pelo responsável pelo edifício conforme normas internas da Contratante.

5.9.6. No atendimento ao chamado, o técnico deverá verificar todo o conjunto do equipamento, inclusive as instalações físicas e condições ambientais, evitando o retorno para possíveis correções, registrando no formulário próprio qualquer anormalidade encontrada.

5.9.7. É responsabilidade da Contratada o descarte adequado dos resíduos gerados na manutenção. As peças com defeito descartadas poderão ser solicitadas pela Fiscalização para inspeção, por isso deverão ser guardadas preferencialmente em imóvel da Contratada por um mês ou mais, contado do recebimento definitivo da peça substituta.

5.9.7.1. O detalhamento sobre as condições de descarte adequado encontra-se nas obrigações da contratada e critérios de sustentabilidade.

5.9.8. Quando houver recomendação para substituição do equipamento deverá ser emitido pela CONTRATADA laudo técnico com as informações mínimas abaixo:

- Identificação do equipamento defeituoso pelo número de patrimônio, tipo, modelo, capacidade, fabricante, local/setor de instalação, foto da frente do equipamento e etiqueta do fabricante;
- Descrição do defeito encontrado com fotos do problema ocorrido no equipamento;
- Descrição dos testes já feitos;
- Sugestões para resolução do problema;
- Justificativas em caso de impossibilidade de conserto

5.9.9. Os prazos de atendimento das Ordens de Serviços de Manutenção Corretiva deverão respeitar a escala de prioridade da tabela a seguir:

Prioridade	Prazo de atendimento	Tipos de ocorrências	Locais
Urgência	2 dias úteis	Ocorrências que comprometem parcialmente o funcionamento das unidades e setores, e que poderão vir a se agravar em um curto espaço de tempo.	Salas de Rack, Salas de Perícia Médica e Assistência Social
Alerta	5 dias úteis	Ocorrências que não comprometem o funcionamento, porém incomodam servidores e público ou ainda prejudicam a imagem do INSS.	Demais Ambientes

5.9.10. Os prazos descritos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados a critério da Fiscalização, desde que lastreado em justificativa fundamentada da Contratada.

5.9.11. Excepcionalmente, em casos de Emergências, quando do iminente risco à vida ou ao patrimônio público, mesmo fora do horário normal de atendimento, a Contratada poderá ser acionada e os prazos descritos nos itens anteriores alterados de acordo com a gravidade do ocorrido.

5.10. Do Monitoramento e Análise da Qualidade do Ar

5.10.1. As análises laboratoriais e sua responsabilidade técnica devem obrigatoriamente estar desvinculadas das atividades de limpeza, manutenção e comercialização de produtos destinados ao sistema de climatização.

5.10.2. Semestralmente e em conformidade com a Resolução ANVISA nº 9, de 16 de janeiro de 2003, a Contratada deverá efetivar, sob demanda, de forma quantitativa e qualitativa, a análise microbiológica, química e física da QAI nos ambientes climatizados de uso público e coletivo (Normas Técnicas 001, 002, 003 e 004), com interpretação e sugestões de ações corretivas, se necessária alguma ação.

5.10.3. A Contratada realizará todos os trâmites necessários à efetiva execução dos serviços, desde a solicitação de proposta técnica e comercial da prestação de serviços junto à empresa/laboratório (idôneo e habilitado), até o encaminhamento à Contratante.

5.10.4. Contratada deverá averiguar se a empresa/laboratório subcontratado reúne as condições mínimas indispensáveis para assegurar a inexistência de risco decorrente da prática laboratorial exigidas neste Termo de Referência. O cumprimento das obrigações advindas, deste Instrumento e posterior contrato firmado, permanecerá sob exclusiva responsabilidade da Contratada, que responderá integralmente por essas obrigações perante a Contratante. É obrigação da Contratada reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, toda e qualquer eventual inconformidade oriunda da execução da análise em foco.

5.10.5. Todos os custos, despesas, anotações, relatórios e dados pertinentes, decorrentes do fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários à completa execução da análise da qualidade do ar, incluindo a coleta, identificação, acondicionamento e transporte das amostras, envio à empresa/laboratório, pagamento de frete, pedágio, taxas, multas, tributos, deslocamento, impostos, seguros dos materiais e equipamentos a serem transportadas e outras despesas diretas ou indiretas à efetiva prestação desse serviço, correrão a cargo e ônus da Contratada.

5.10.6. A Contratada deverá entregar o Relatório Técnico detalhado conforme NBR 10.719 da ABNT e Resolução ANVISA nº 9, de 2003, assinado pelo(s) responsável(eis) técnico(s) devidamente registrados no seu conselho de classe com a apresentação da(s) respectiva(s) responsabilidade técnica RT com interpretação e sugestões de ações corretivas, se necessária alguma.

5.10.7. O laudo técnico apresentado pela Contratada deve constar, no mínimo:

- Identificação da Contratada em papel timbrado;
- Data e horário da coleta;
- Unidade Administrativa Analisada;
- Ambiente de coleta Amostra;
- Data da realização da análise;
- Data da entrega do laudo;
- Nome e assinatura do responsável técnico;
- Temperatura do ar (° C);
- Umidade do ar (%);
- Velocidade do ar (m/s);
- A porcentagem de Dióxido de Carbono (CO²) em ppm (partes por milhão);
- Concentração total dos aerodispersóides em µg/m³ ou unidades múltiplas
- A contagem de fungos viáveis
- Valores padrões;
- Resultados Obtidos;
- Indicação de possíveis causas de não-conformidades presentes no ambiente;
- Recomendações para ação corretiva, caso necessário;
- Documento de Responsabilidade Técnica.

5.10.8. Os valores medidos devem ser apresentados comparativamente aos valores referenciais definidos na Resolução ANVISA 09, de 2003, e suas atualizações com resposta conclusiva sobre a aceitação dos resultados.

5.10.9. Caso o resultado de uma ou mais amostras apresentem valores fora dos parâmetros estabelecidos na Resolução ANVISA 09, de 2003, a Contratada deverá apresentar análise de causas e sugestões de adequação e melhorias.

5.10.10. O laudo deverá conter avaliação conclusiva a respeito da necessidade de limpeza corretiva dos dutos.

5.10.11. Não serão recebidos relatórios de análises incompletos, sem registro de horário ou com outro indício que invalide a avaliação.

5.10.12. As possíveis soluções para as não conformidades quando necessárias serem implementadas nas atividades de manutenção preventiva ou corretiva, serão executadas com forma e prazo definidos conforme sua complexidade.

5.10.13. Incorrerão por conta da Contratada os gastos com serviços corretivos de promoção da conformidade do sistema, novas análises da QAI e documentos comprobatórios, desde que mantidas as características do sistema.

5.10.14. Os trabalhos deverão ser executados, mediante prévia autorização emitida pela Contratante através de Ordem de Serviço ou outra forma de comunicação formal. Para a autorização da realização dos trabalhos, a Contratada deverá encaminhar através de e-mail informações contendo: nome e número de documento de identificação dos funcionários que participarão das atividades, data e horário da realização dos serviço

5.10.15. A coleta das amostras deverão ser iniciadas em até 30 dias após solicitação feita pela Contratante e o laudo deverá ser entregue em até 60 dias após solicitação, prorrogável a critério do Fiscal Técnico.

5.10.16. O período entre duas análises consecutivas será de 6 meses, podendo ser antecipado ou postergado em até 30 dias com aprovação do Fiscal Técnico.

5.11. Serviços Eventuais de Limpeza Corretiva do Sistema de Dutos

5.11.1. A higienização dos dutos de distribuição de ar somente será executada quando caracterizada a necessidade, segundo critérios do Anexo A da NBR 15848/2010, ou na periodicidade exigida em lei específica, quando houver.

5.11.2. Quando da solicitação do serviço, uma vez atestada a necessidade da limpeza, a Contratada deverá elaborar relatório de planejamento da execução com definições, que inclua:

- Cronograma determinando data de início e fim de cada fase;
- Orientações e providências à Contratante;
- Metodologia da execução;
- Procedimento para acessar ao sistema;
- Regulagem de cada registro de vazão de ar;
- Equipamentos e produtos a serem utilizados;
- Método de avaliação dos resultados;
- Estudo dos desenhos; e demais documentos do sistema.

5.11.3. A Contratada é responsável pela preparação do local antes do início da higienização, além de conferir lista das condições do ambiente de trabalho, suprimento de água, ponto de energia, guarda de equipamentos, segurança, trechos a serem isolados e dos acessos para introdução dos equipamentos nos dutos e qualquer outro aspecto que possa melhorar o desenvolvimento dos serviços.

5.11.4. Os serviços são considerados especializados, por isso serão executados por mão de obra qualificada e treinada com uso de equipamentos e produtos apropriados, respeitando as normas de saúde e segurança do trabalho vigentes,

5.11.5. Não devem ser usados métodos que ao final dos serviços comprometam a integridade do sistema original. Quaisquer alterações necessárias à execução do serviço devem permitir o retorno às condições de funcionamento normal do sistema a após a conclusão da higienização.

5.11.6. A especificação do método de remoção dos contaminantes do interior dos dutos é atribuição do responsável técnico pela execução da higienização, sendo preferencialmente executada através de escovação mecânica ou sopro de ar comprimido no sentido do fluxo de ar na operação do sistema.

5.11.7. Deverão ser usados métodos que restrinjam a dispersão de resíduos e impeçam a contaminação do ambiente. Caso necessário, os resíduos deverão ser neutralizados de forma a garantir a higiene do ambiente e segurança de seus ocupantes.

5.11.8. Para a medição prévia deverá ser entregue ao Fiscal Técnico um laudo final contendo no mínimo:

- Descrição dos serviços e quantitativos executados;
- Relação dos danos e irregularidades verificados;
- Dados que comprovem a eficácia dos serviços;
- Localização, identificação das aberturas de acesso; e
- Demais recomendações.

5.11.9. O laudo final deve apresentar comprovação da execução dos serviços por meio fotográfico ou vídeo do estado anterior e posterior das instalações, além de atestado de recebimento de representante designado da Contratante com identificação e data.

5.11.10. As atividades e os resultados obtidos deverão ser registrados no PMOC. A entidade competente que recomendou a limpeza dos dutos validará o resultado da execução da limpeza.

5.11.11. O quantitativo de manutenção corretiva de higienização dos dutos rígidos será medido por comprimento linear de duto quando recebido o laudo final enviado na medição prévia.

5.11.12. O relatório de planejamento da execução deverá ser entregue em até 15 (quinze) dias corridos após declaração da necessidade e o laudo final deverá ser entregue em até 60 (sessenta) dias corridos após aprovação do relatório de planejamento da execução, prorrogável a critério da fiscalização.

5.12. Serviços Eventuais de Instalação e Desinstalação de Equipamentos Split

5.12.1. A parcela denominada de Serviços Eventuais de instalação e de desinstalação de aparelhos propõe-se a dar atendimento célere às necessidades pontuais emanadas pela Administração, em forma de pequenas intervenções nas edificações de forma que não haja o comprometimento da continuidade das atividades institucionais do órgão.

5.12.1.1. Por “Serviço de Instalação” entende-se o ato de acrescentar os elementos necessários ao funcionamento do equipamento onde não há infraestrutura preexistente (rede frigorígena, ponto de drenagem da água condensada, suportes e elétrica) ou, quando da troca do aparelho houver a necessidade de substituição da infraestrutura preexistente.

5.12.1.2. Por “Serviço de Desinstalação” entende-se o ato de remoção de todos os elementos que compõem o sistema de refrigeração (unidades interna e externa, rede frigorígena, drenagem, suportes, elétrica) com posterior transporte até o local indicado pela Fiscalização.

5.12.2. Os serviços eventuais foram dimensionados segundo a característica do parque de equipamentos das Gerências Executivas contempladas, cuja eventual substituição pode-se fazer necessária por obsolescência, necessidade de aparelhos mais modernos e eficientes, mudanças de layout ou pelo redimensionamento das capacidades térmicas nos quantitativos previstos nos orçamentos estimativos.

5.12.3. Os quantitativos dos subitens poderão ser alterados em caso de necessidade, respeitando o limite orçamentário estabelecido.

5.12.4. Ao final da execução do serviço de instalação deverá ser elaborado um relatório com:

1. Fotos da instalação;
2. Dados do equipamento e do local da instalação;
3. Registro de pressão, temperatura, corrente para assegurar o funcionamento adequado do equipamento.
4. Levantamento dos materiais utilizados.

RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA PARA INSTALAÇÃO

5.12.5. A contratada deverá realizar levantamento prévio, certificando-se que não haverá danos a outras instalações da edificação e arredores (elétrica, hidráulica, estrutural, dutos de renovação de ar, entre outras) no processo ou como resultado da instalação.

5.12.6. A contratada deverá, com o apoio da fiscalização ou do projeto fornecido, definir o local de instalação da evaporadora (unidade interna) e da condensadora (unidade externa), onde fiquem livres de quaisquer tipos de obstrução das tomadas de ar de retorno ou insuflamento e respeitados os desníveis máximos entre estas, além de seguir demais recomendações do fabricante quanto à instalação. Durante o levantamento deverá certificar-se de que a alocação de equipamentos e instalações não comprometerá a acessibilidade da edificação.

5.12.7. Após a definição do local de instalação a contratada deverá elaborar relatório apontando a quantidade de metros de interligação e tubulação de drenagem adicional necessária para aprovação do fiscal técnico.

5.12.8. Será de responsabilidade da contratada, entre outros, a execução dos seguintes serviços:

1. Transporte vertical e/ou horizontal dos equipamentos e/ou peças para a instalação, inclusive aparelhos novos da GEX até a APS desde que possa ser feito no carro usual da equipe de manutenção;
2. Fornecimento e instalação de tubulações de cobre de interligação das unidades evaporadoras e condensadoras, conforme especificação do fabricante;
3. Fornecimento e instalação de isolamento das tubulações frigorígenas e de dreno com suas devidas proteções térmicas e mecânicas;
4. Fornecimento e instalação de ligação elétrica até pontos de alimentação e aterramento providenciados pela contratante;
5. Fornecimento e instalação de suporte para redes frigorígenas, unidades internas (evaporadoras) e unidades externas (condensadoras);
6. Fornecimento de carga de refrigerante no sistema e equalização, incluindo lubrificante caso necessário;
7. Fornecimento e instalação de ligação do sistema de coleta de condensado da unidade interna e externa (se houver) aos pontos do sistema de drenagem, ralo com sifão ou sumidouro, com tubulação até 3 m (três metros), quando aprovado pela Fiscalização;
8. Execução de desidratação da linha frigorígena, testes de estanqueidade das ligações, teste de funcionamento e balanceamento do condicionador de ar.

5.12.9. Caberá também à contratada:

1. Fixações para as redes frigorígena;
2. Instalação dos drenos de condensado (somente tubulações externas à parede até três metros);
3. Fornecimento e fixação dos suportes para unidades condensadores e evaporadoras;
4. Equalização da carga de gás;
5. Serviço de solda oxiacetilênica.

5.12.10. A contratada deverá considerar nos custos de instalação dos aparelhos, além da mão de obra, todo material necessário, tais como: abraçadeiras, adesivos, amortecedores, anilhas, anéis de pressão, arruelas, barras roscadas, buchas, brocas, bujões,

cabo PP, calços, calhas de isolamento, conectores, conexões, consumíveis de soldagem, corte e furação, chavetas, cola, detergente, disjuntores, eletrodutos, espuma elastomérica, espuma de poliuretano, estopa, estojos, fios, fita aluminizada, fita de acabamento, fita silvertape ou similar, fita isolante, fixadores, fusíveis, grampos, gás nitrogênio, gás refrigerante, juntas, lixa, lubrificantes, mangueira cristal, parafusos, perfil U, porcas, rebites, serra, silicone, suportes, terminais, uniões, tubos de cobre, tubos e conexões de PVC, vaselina, assim como toda e qualquer peça, componente, equipamento ou acessório que se faça necessário para o completo e perfeito funcionamento dos aparelhos.

5.12.11. Das unidades condensadora e evaporadora:

1. A unidade condensadora será instalada de acordo com a especificação fornecida pela fiscalização, conservando-se a impermeabilização existente no local, quando aplicável e poderá ser:
 - Sobre a laje e/ou piso,
 - Sobre base confeccionada em cimento no solo,
 - Sobre suportes de uso comum,
 - Sobre suportes em alumínio ou aço inoxidável.
2. A contratada deverá realizar a instalação de suporte do tipo mão-francesa ou similar, fabricado em alumínio ou aço inoxidável para regiões litorâneas ou de aço galvanizado para as demais condições, nos casos em que for necessária instalação suspensa da condensadora (unidade externa), seguindo orientações do fabricante. O suporte deve ser de dimensão compatível com a unidade externa e integralmente pintado de branco, quando aplicável, além de garantir estabilidade e resistência estrutural.
3. A contratada deverá instalar a condensadora (unidade externa) em superfície ou suporte nivelado, com uso de parafusos, buchas, porcas, coxins de borracha, de acordo com recomendações do fabricante.
4. A contratada deverá realizar a instalação da evaporadora (unidade interna) e sua devida fixação através de parafusos e buchas plásticas, conforme orientações do fabricante. Para este procedimento, fazer uso do gabarito de instalação da evaporadora, nos casos em que este for disponibilizado pelo fabricante.

5.12.12. Da tubulação frigorígena, isolamento e conexões:

1. A contratada deverá executar a interligação da evaporadora (unidade interna) com a condensadora (unidade externa) através de tubulações flexíveis de cobre fosforoso, flexíveis até bitolas menores que 3/4" (19,1 mm) e rígidos nos demais casos, sem costura e de acordo com a NBR 7541, desoxidados, com solda tipo brasagem quando necessário, respeitando os comprimentos mínimo e máximo, obedecendo aos diâmetros e procedimentos indicados pelo fabricante dos aparelhos, incluindo todas as conexões necessárias.
2. A rede frigorígena deve ser executada de acordo com a boa técnica corrente e conforme o manual do fabricante, empregando-se traçado conveniente, de modo a assegurar alimentação apropriada de refrigerante à evaporadora e proteção aos compressores. A trajetória definida para a tubulação deve também prever baixa perda de carga e baixo nível de vibração, além de evitar o acúmulo de óleo lubrificante em qualquer trecho, perdas de óleo lubrificante do compressor e penetração de refrigerante, em fase líquida, no cárter do compressor, tanto em marcha como parado.
3. Todas as tubulações frigoríficas que passarem sob o forro devem ser suportadas por pendurais em cantoneiras ou tirantes, com apoios metálicos em perfilado ou abraçadeira e berço em PVC. Deverá ser instalado em média um ponto de fixação por 2,5 m (dois metros e meio) de tubulação não embutida, horizontal ou vertical.
4. As linhas frigorígenas devem ser isoladas ao longo de todo seu comprimento, individualmente, tanto o tubo de alta pressão quanto o de baixa. O isolante térmico deverá ser adequado para resistir a intempéries, seja através de blindagem própria, lâmina de alumínio corrugado, fita PVC (instalações internas) ou fita aluminizada (instalações externas). As emendas devem ser feitas com a cola recomendada pelo fabricante. Ainda que a tubulação fique embutida na parede, esta também deve receber isolamento em tubo esponjoso de forma a evitar umidade e dispersão do frio, preferindo-se o uso de passa-duto;
5. As conexões com os equipamentos devem ser feitas com niples e porcas cônicas de latão, conforme especificação SAE (Society Automotive Engineers) para refrigeração, com junções por meio de flangeamento do tubo.

5.12.13. Das redes de drenos:

1. A contratada deverá conectar o sistema de dreno ao ponto de dreno disponibilizado pela CONTRATANTE, considerando escoamento natural com inclinação mínima de 1% caimento adequado. Em casos excepcionais, após devida autorização, poderá ser utilizada mangueira flexível. A drenagem deverá ser executada individualmente para cada bandeja de condensado.

5.12.14. Da carga de refrigerante adicional:

1. De acordo com o comprimento da tubulação e volume dos trocadores de calor dos evaporadores deverá ser feita carga adicional de refrigerante calculada para cada sistema de acordo com as normas do fabricante.
2. Embora a carga inicial tenha sido calculada, poderão existir variações de medidas entre a planta e obra que provoque a necessidade de ajuste manual após o final do teste do sistema.

3. Atentar à ocorrência de superaquecimento elevado, ou sub-resfriamento insuficiente ajustando a carga de gás conforme os critérios indicados pelo fabricante dos equipamentos.
4. Sempre utilizar balança para carga de gás. O instalador deverá anotar na etiqueta interna de cada condensador a carga de refrigerante adicionada para facilitar a manutenção futura.

5.12.15. Procedimentos e testes:

1. Deverão ser tomadas todas as precauções necessárias contra a formação de oxidação no interior dos tubos de cobre. Ao executar soldas deve-se injetar nitrogênio no interior da tubulação para evitar a formação de óxidos e fuligem no interior da tubulação que podem provocar o entupimento de orifícios, filtros, capilares e válvulas.
2. Deve ser realizado procedimento para teste de estanqueidade com nitrogênio para identificação de possíveis vazamentos.
3. Deve ser realizado procedimento de desidratação a vácuo em todas as linhas frigorígenas. O vácuo obtido nos circuitos frigorígenos deverá ser quebrado com gás refrigerante (R-22 ou R-410A) conforme recomendações dos fabricantes.
4. Somente após os procedimentos anteriores deverá ser feita a carga ou recolhimento de gás refrigerante, quando necessária.
5. Após a adição do gás refrigerante o equipamento de ar condicionado deverá ser posto em marcha com todos os ajustes necessários para o seu perfeito funcionamento, inclusive com preenchimento de ficha de partida de parâmetros operacionais.
6. A contratada deverá realizar o teste de funcionamento do aparelho e avaliação de seu desempenho, observando as condições exigidas para sua partida inicial e seguindo as orientações fornecidas pelo fabricante.
7. Todos os equipamentos para os sistemas descritos deverão ser instalados de forma a ter operação silenciosa, sem vibrações ou ruídos anormais, em quaisquer condições de carga. Nos casos em que houver anormalidades, a contratada deverá providenciar sua imediata correção.

5.12.16. Dos serviços inclusos relacionados a elétrica e civil:

1. A contratada deverá executar a interligação elétrica da evaporadora (unidade interna) com a condensadora (unidade externa) através de cabos elétricos multipolares (contendo a via de aterramento), seguindo as recomendações do fabricante quanto ao esquema elétrico e às bitolas empregadas.
2. Os materiais elétricos empregados deverão possuir certificação de conformidade com as normas de segurança nacionais emitido pelo INMETRO, haja vista que, no que se refere a instalações elétricas, é imprescindível que materiais e equipamentos primem pela segurança (humana e patrimonial) nos seus vários critérios, como por exemplo: nível de isolamento de tensão, capacidade de condução de corrente em serviço e em sobrecarga, capacidade de suportar sobreaquecimento admissível e não propagação de chamas, dentre outros.
3. As passagens da tubulação através das paredes de alvenaria deverão ser protegidas evitando o contato direto do cobre com a argamassa de cimento/cal o que poderia provocar a perfuração das paredes da tubulação frigorígena.
4. No caso de execução furos para a passagem da rede frigorígena e drenos em alvenaria, estes deverão ter o diâmetro mínimo necessário para serem atravessados, e quando realizados, também em esquadrias ou vidros, deverá ser feita vedação apropriada para que não haja frestas que permitam a entrada de umidade.

5.12.17. Dos serviços correlatos não incluídos no contrato:

1. A contratante fornecerá os aparelhos split para instalação (condensadora e evaporadora).
2. Por se tratar de instalação, haverá necessidade de estudo para definição da capacidade, localização da unidade evaporadora e condensado, que será fornecido pela contratante.
3. Caso haja necessidade de intervenção civil significativa para instalação do equipamento, deverão ser acionados o gestor e o fiscal do contrato de manutenção predial para agendar a preparação para instalação dos equipamentos. Essa contratação não prevê a adequação da parte civil, pois devido à diversidade de condições de instalações abrangidas pelo contrato, seria impossível prever a necessidade de serviços de alvenaria para a instalação dos equipamentos.
4. Entende-se por preparação da instalação todos os serviços necessários para a instalação da linha frigorígena como: rasgos em alvenaria, rasgos em forro de gesso para embutir a tubulação frigorígena, rede de dreno embutida, emassamento e pintura, disponibilização ponto elétrico do quadro de origem até o local de alimentação do ar condicionado, entre outros.
5. Caso não haja contrato de manutenção predial vigente, os serviços acima poderão excepcionalmente ser requisitados considerando o mínimo possível de intervenções adicionais (respeitando as normas técnicas) para viabilizar a instalação. A remuneração será feita a partir da tabela SINAPI com o desconto do item de instalação da licitação, descontando-se também do montante contratado para instalação/desinstalação.

RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA PARA DESINSTALAÇÃO

5.12.18. A contratada deverá realizar levantamento prévio, certificando-se que não haverá danos a outras instalações da edificação e arredores (elétrica, hidráulica, estrutural, dutos de renovação de ar, entre outras) no processo ou como resultado da desinstalação.

5.12.19. Será de responsabilidade da contratada, entre outros, a execução dos seguintes serviços:

1. Transporte vertical e/ou horizontal dos equipamentos e/ou peças resultado da desinstalação até local indicado pela Fiscalização, desde que possa ser feito no carro usual da equipe de manutenção;
2. Recolhimento de tubulações de cobre de interligação das unidades evaporadoras e condensadoras;
3. Recolhimento das tubulações frigoríferas e de dreno com suas devidas proteções térmicas e mecânicas;
4. Recolhimento da ligação elétrica;
5. Recolhimento do suporte para redes frigoríferas, unidades internas (evaporadoras) e unidades externas (condensadoras);
6. Recolhimento de carga de refrigerante no sistema;

5.12.20. A contratada deverá deixar limpo e organizado o local onde tenha sido realizada a desinstalação, bem como recolher todos os materiais oriundos da desinstalação, tais como: abraçadeiras, adesivos, amortecedores, anilhas, anéis de pressão, arruelas, barras roscadas, buchas, bujões, cabo PP, calços, calhas de isolamento, conectores, conexões, disjuntores, eletrodutos, espumas, estojos, fios, fitas, fixadores, fusíveis, grampos, parafusos, perfis, porcas, suportes, terminais, uniões, tubos, assim como toda e qualquer peça, componente, equipamento ou acessório que parte do sistema desinstalado.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.13. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.13.1. Prestação de serviços continuados de Planejamento, Manutenção, Operação e Controle com atividades corretivas e preventivas; monitoramento e análise da qualidade do ar interior; higienização de dutos para os sistemas de climatização; e instalação e desinstalação de condicionadores de ar tipo split;

5.13.1.2. Os preços apresentados pela CONTRATADA deverão cobrir todos os custos dos operacionais, abrangendo o fornecimento de mão de obra especializada sem dedicação exclusiva sob supervisão/acompanhamento de um responsável técnico habilitado, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas, instrumentos de medição, peças de reposição, deslocamento entre unidades, recomposições de acabamentos, limpeza do ambiente, insumos consumíveis (filtros de ar, isolamento térmico da tubulação, fluidos refrigerantes, óleos lubrificantes, desincrustantes, eletrodos para solda, gás nitrogênio seco, fluido de limpeza, e tudo o mais que for preciso para garantir a qualidade e funcionalidade dos serviços solicitados

5.13.1.3. Todo o material usado pela Contratada deve ser de primeira qualidade, as peças substituídas deverão ser genuínas, com selo e recomendadas pelos fabricantes dos equipamentos de ar-condicionado.

5.13.1.4. A Contratada será a responsável pela limpeza do local onde ocorrerão os serviços, depositando qualquer resíduo e/ou entulhos, em local apropriado, em contêiner próprio e providenciando a remoção do mesmo.

5.13.2. Fornecimento de relatórios, laudos e informações à fiscalização com as dados solicitados para o acompanhamento das atividades.

5.13.3. O serviço será prestado conforme leis, normas, recomendações de fabricante e especificações detalhadas neste Termo de Referência.

5.13.4. No Anexo II do Estudo Técnico Preliminar consta a listagem, para cada Polo, dos equipamentos que serão objeto de manutenção. Os valores de Tonelada de Refrigeração - TR das propostas estão baseados nos quantitativos desta listagem.

5.13.5. Os equipamentos eventualmente podem ser remanejados entre cidades, sem impacto no valor global do contrato.

5.13.6. Assim como previsto no item 13 do Estudo Técnico Preliminar, pode haver a substituição de equipamentos obsoletos no decorrer da execução deste contrato

5.13.6.1. Caso estas substituições configurem um decréscimo no valor inicialmente previsto de Tonelada de Refrigeração - TR do contrato, a fiscalização técnica irá glosar nas medições o valor referente aos TR que deixaram de fazer parte do contrato até que se assine termo aditivo formalizando a alteração.

5.13.6.2. Caso configurem acréscimo, deverá ser determinado pelo fiscal quais os equipamentos deverão ser atendidos pelo contrato, respeitando o limite de TR previsto inicialmente para a edificação que teve estes equipamentos substituídos, até que se formalize o termo aditivo que contemple a totalidade dos equipamentos instalados.

5.13.6.3. Em qualquer uma das situações, as CONTRATANTE informará a CONTRATADA por meio de notificação formal sobre a alteração da configuração da planilha de equipamentos do contrato.

5.13.7. A assinatura do Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, a qual aquiesce que eventuais alegações de falhas ou omissões em

qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a 10 (dez) % do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II, do Decreto nº 7.983/2013 e em conformidade com o Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU.

5.13.8 Quando solicitado pela administração, os trabalhos de maior vulto deverão ser programados para os finais de semana, para não prejudicar ou paralisar as atividades do Órgão.

5.13.9. Será de responsabilidade do Responsável Técnico da CONTRATADA a elaboração do PMOC bem como as revisões necessárias, de acordo com as recomendações dos fabricantes e características dos equipamentos contidos no Contrato.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.14. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.15. Ao final do contrato deverá ser elaborado um relatório atualizado do PMOC com a descrição detalhada dos equipamentos.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. De forma complementar poderá ser utilizada a comunicação por telefone e aplicativo de mensagens.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.9. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

6.15. A avaliação da execução do contrato feita pelo fiscal técnico será apresentada à contratada, que poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade. Essa justificativa poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.15.1. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, podem ser aplicadas sanções à contratada.

6.16. A fiscalização técnica, com auxílio da fiscalização setorial, fará a avaliação do IMR.

6.17. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme art. 120 da lei 14133/2021.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.20. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.21. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.22. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.23. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.24. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.25. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.26. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto neste item .

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. O IMR mede a qualidade com que o serviço é executado e permite proporcionalizar o pagamento devido em função do recebimento do serviço com qualidade inferior à contratada, logo, não se trata de sanção, mas de instrumento objetivo para mensuração e liquidação do valor a ser pago pela prestação do serviço.

7.4. O acompanhamento e medição dos serviços têm como meta garantir a qualidade do serviço prestado, reduzir possibilidade de interrupções de funcionamento dos serviços devido à quebra de equipamentos, reduzir a sensação de desconforto térmico e baixa do nível de qualidade do ar nos ambientes climatizados por falha ou quebra de equipamentos, reduzir os custos operacionais com conserto de aparelhos e equipamentos de ar condicionado das unidades operacionais climatizadas bem como estabelecer parâmetros para retificação da fatura e aplicação de sanções.

7.5. Os ajustes decorrentes do IMR serão aplicados sempre que a Contratada der causa, mesmo que parcialmente, às ocorrências verificadas. Caso a causa da não execução dos serviços seja por impedimentos ocasionados pelo Contratante, não caberá a incidência de ajustes no pagamento ou sanções, desde que a Contratada notifique o fiscal técnico e gestor do contrato para tomarem as providências necessárias para o reestabelecimento dos serviços.

7.6. Assim, as partes declaram estar cientes das condições propostas no IMR, e estabelecem, desde já, que os ajustes de valores aplicados à Contratada por descumprimento dos parâmetros de qualidade indicados neste Instrumento serão descontadas no ato do pagamento da fatura do mês correspondente ao da avaliação, podendo ainda serem adotadas glosas, sanções e outras medidas cabíveis.

7.7. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.7.1. O indicador será avaliado através de Relatórios que comprovem a execução das rotinas, acompanhados das Ordens de Execução de Serviços – “OS” atendidas no mês, por relatórios de acompanhamento do gestor/fiscal do contrato.

7.7.1.1. Os Relatórios constituem documentos que comprovam a execução dos serviços, desde que devidamente atestados pelo fiscal setorial do CONTRATANTE, e serão apresentados pela CONTRATADA, obedecendo-se o período de faturamento.

7.7.1.2. É responsabilidade da contratada o devido preenchimento dos relatórios e a solicitação de ateste ao fiscal setorial.

7.7.2. A modificação dos indicadores é critério da fiscalização, respeitando o período de no mínimo 6 meses da última alteração. Os novos indicadores só serão válidos após 30 dias da notificação a contratada.

7.7.3. Indicadores:

Nº 01 - CUMPRIMENTO DE PRAZOS	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a tempestividade dos serviços

Meta a cumprir	Indicador menor que 3 pontos
Instrumento de medição	Registros de Chamados, Ordens de Execução de Serviços ou planilha de controle dos serviços executados
Forma de acompanhamento	Verificação da data dos serviços executados comparando com a data planejada e registro em planilha de controle.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	<p>A cada ocorrência o número de pontos correspondente deverá ser somado ao indicador para apurar o resultado.</p> <p>Manutenção preventiva (prazos contados conforme cronograma do item 5.1.5 do Termo de Referência):</p> <p>- 0,3 ponto → Atraso injustificado acima de 5 dias úteis/equipamento</p> <p>Manutenção corretiva e serviços eventuais de instalação/desinstalação de equipamentos (prazos contados a partir da data da solicitação do serviço por parte do INSS, por e-mail):</p> <p>- 0,5 ponto → Atraso injustificado de até 5 dias úteis/equipamento</p> <p>- 1 ponto → Atraso injustificado de até 6 a 10 dias úteis/equipamento</p> <p>- 1,5 pontos → Atraso injustificado acima de 11 dias úteis/equipamento.</p> <p>- A partir de 20 dias úteis → inexecução parcial</p> <p>Serviço de análise da qualidade do ar ou limpeza de dutos:</p> <p>- 0,3 ponto → Atraso injustificado na coleta/limpeza acima de 30 dias corridos/por local</p> <p>- 0,3 ponto → Atraso injustificado de entrega de laudo de análise da qualidade de ar (por laudo), aplicável somente na competência em que estiver programada a entrega, conforme cronograma aprovado pela fiscalização</p>
Início de Vigência	<p>Início da execução do contrato</p> <p>Nos 2 primeiros meses não serão consideradas as faixas de ajuste para fins de pagamento.</p>
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Resultado Final da apuração da soma de será todos os indicadores avaliado na forma abaixo:</p> <p>0 a 3,99 → 100% do valor previsto para a Nota Fiscal do mês</p> <p>4 a 7,99 → 98% do valor previsto para a Nota Fiscal do mês</p> <p>8 a 11,99 → 95% do valor previsto para a Nota Fiscal do mês</p> <p>A partir de 12 → 90% do valor previsto para a Nota Fiscal do mês</p>
Sanções	Na existência de 2 ocorrências de desconto de 10% dentro de uma janela de 12 medições, a fiscalização técnica irá sinalizar no Relatório de Recebimento Provisório para que a equipe de gestão do contrato possa formalizar processo administrativo para fins de aplicação de sanção.
Observações	<p>Não serão considerados no cálculo os atrasos com justificativa aceita pela fiscalização ou causados pela Administração.</p> <p>Para os serviços de manutenção corretiva e eventuais, caso a contratada permaneça com os serviços atrasados por mais de uma competência, a pontuação aplicável a atrasos superiores a 11 dias úteis permanecerá impactando no IMR até a execução do serviço.</p> <p>Poderão ser aplicadas sanções referentes ao descumprimento de rotinas específicas ou descumprimento recorrente das preventivas, independentemente da aplicação do IMR.</p>

Nº 02 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Item	Descrição															
Finalidade	Garantir a efetividade dos serviços															
Meta a cumprir	Indicador menor que 3 pontos															
Instrumento de medição	Preenchimento da escala Likert pelo fiscal setorial															
Forma de acompanhamento	Registro no relatório de execução															
Periodicidade	Mensal															
Mecanismo de Cálculo	<div>A cada ocorrência o número de pontos correspondente deverá ser somado ao indicador para apurar o resultado.</div> <table><tr><td>Muito Insatisfeito</td><td>Insatisfeito</td><td>Neutro</td><td>Satisfeito</td><td>Muito satisfeito</td></tr><tr><td><input type="radio"/></td><td><input type="radio"/></td><td><input type="radio"/></td><td><input type="radio"/></td><td><input type="radio"/></td></tr><tr><td>1 ponto</td><td>0,5 ponto</td><td>0 ponto</td><td>0 ponto</td><td>-0,5 pontos</td></tr></table>	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Neutro	Satisfeito	Muito satisfeito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	1 ponto	0,5 ponto	0 ponto	0 ponto	-0,5 pontos
Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Neutro	Satisfeito	Muito satisfeito												
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>												
1 ponto	0,5 ponto	0 ponto	0 ponto	-0,5 pontos												
Início de Vigência	<div>Início da execução do contrato</div> <div>Nos 2 primeiros meses não serão consideradas as faixas de ajuste para fins de pagamento.</div>															
Faixas de ajuste no pagamento	<div>Resultado Final da apuração da soma de será todos os indicadores avaliado na forma abaixo:</div> <div>0 a 3,99 → 100% do valor previsto para a Nota Fiscal do mês</div> <div>4 a 7,99 → 98% do valor previsto para a Nota Fiscal do mês</div> <div>8 a 11,99 → 95% do valor previsto para a Nota Fiscal do mês</div> <div>A partir de 12 → 90% do valor previsto para a Nota Fiscal do mês</div>															
Sanções	<div>Na existência de 2 ocorrências de desconto de 10% dentro de uma janela de 12 meses, a fiscalização técnica irá sinalizar no Relatório de Recebimento Provisório para que a equipe de gestão do contrato possa formalizar processo administrativo para fins de aplicação de sanção.</div>															
Observações	<div>Caso não haja resposta do fiscal setorial será considerada a resposta neutro.</div> <div>Para as respostas "Muito Insatisfeito" e "Insatisfeito" deverá ser incluída justificativa para que ela seja incluída no cálculo. Neste casos, o fiscal técnico poderá analisar e reconsiderar a avaliação, caso verifique que a causa da insatisfação da fiscalização setorial decorra de situação alheia à vontade da contratada ou previamente ajustada com a fiscalização.</div> <div>Caso não seja apresentada justificativa, a avaliação deverá ser contabilizada como Neutra.</div>															

7.7.4. Exemplo de cálculo do IMR

Local	Indicador 01	Indicador 02
APS X	Atraso de manutenção preventiva de 10 equipamentos = $0,3 \times 10 = 3$ Atraso de manutenção corretiva de 1 equipamento = 0,5	Muito insatisfeito = 1 ponto
APS Y	Sem atraso	Não respondeu à pesquisa (Neutro = 0 ponto)
APS Z	Sem atraso	Muito Satisfeito = - 0,5 Pontos
Soma dos indicadores	$3 + 0,5 + 1 - 0,5 = 4$ pontos	
Ajuste no pagamento	98% da Nota Fiscal mensal (APS X + APS Y + APS Z)	

7.7.5. O fiscal técnico notificará a CONTRATADA dos valores da medição, da avaliação obtida e de eventual glosa do pagamento por e-mail ou qualquer outro meio que demonstre a ciência inequívoca da CONTRATADA, em até 8 (oito) dias úteis do aceite dos relatórios mensais.

7.7.6 A CONTRATADA poderá apresentar pedido de reconsideração da avaliação obtida e dos valores apurados pela fiscalização no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis do recebimento da notificação do item anterior. O pedido de reconsideração poderá ser deferido caso comprove a ocorrência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado (teoria da imprevisão), que justifiquem o ocorrido.

7.7.7. O fiscal técnico terá até 2 (dois) dias úteis para realizar o recebimento provisório, fazendo constar no relatório a parcela incontroversa, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, e a parcela controversa.

Do recebimento

7.8. Por se tratar de contrato contínuo, serão feitos recebimentos mensais respeitando os seguinte prazos:

7.8.1. O período de medição cada competência irá ocorrer do dia 20 do mês anterior até o dia 19 do mês referente à competência;

7.8.1.1. O primeiro período de medição será encerrado no dia 19, ainda que inferior a 30 (trinta) dias.

7.8.1. Após o encerramento do período de competência da medição, a contratada deve enviar ao Fiscal Técnico do Contrato, em até 5 (cinco) dias corridos, um Relatório Técnico Mensal assinado pelo Responsável Técnico do contrato, com o resumo dos serviços executados na competência, inclusive os eventuais acompanhado de uma prévia detalhada dos valores apurados, além de fotos comprovando a execução dos serviços, quando pertinente. Este Relatório Técnico deverá vir acompanhado de cópia digitalizada dos relatórios atestados pelos fiscais setoriais.

7.9. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal técnico no prazo de 12 (doze) dias úteis, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 140, I, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de toda a documentação/relatórios oriundos da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.9.2. Sempre que se fizer necessário, a contratante realizará inspeção dos serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços, constatar e relacionar as adequações que se fizerem necessárias.

7.9.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.9.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designado pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12.1. O gestor encaminhará a parcela controversa da execução do objeto para decisão da autoridade superior, em grau de recurso, nos termos do Capítulo XV da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

7.12.2. Após decisão da autoridade superior, o gestor comunicará a CONTRATADA da decisão e solicitará a emissão das notas fiscais referentes à parcela controversa da execução.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.15.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC-M de correção monetária.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.30. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na , conforme as regras Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020 deste presente tópico.

7.30.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.31. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.32. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também

se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.33. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.34. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço:

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global para os serviços continuados de Planejamento, Manutenção, Operação e Controle (conforme plano – PMOC) com atividades corretivas e preventivas, com fornecimento de peças.

8.3. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário para monitoramento e análise da qualidade do ar interior de ambientes climatizados (serviços sob demanda), limpeza/higienização de dutos (serviço eventual) e instalação e desinstalação de condicionadores de ar tipo split (serviço eventual).

Critérios de aceitabilidade de preços

8.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global para o grupo.

8.4.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos, o BDI e os preços unitários de todos os itens e subitens, conforme planilha do Anexo I-J - Modelo de Proposta de Preços, elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

8.5. Para a parte do objeto sujeita ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

8.5.1. valor global: conforme valor estimado da licitação na tabela do item 1.1

8.5.2. custos unitários relevantes: todos os itens, conforme Anexo I-J - Modelo da proposta de preços.

Exigências de habilitação

8.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.7. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.8. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.9. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.10. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.12. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.13. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.26. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

- 8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.30. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.
- 8.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.33. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.33.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.34. Registro ou inscrição da empresa contratada no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) para a área de atuação de instalação e manutenção de sistemas de climatização, em plena validade.

8.35. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.36. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.36.1. Para o Engenheiro Mecânico: serviços de instalação e manutenção de ar condicionado.

8.36.2. Para o Técnico em Refrigeração: serviços de manutenção de ar condicionado.

8.37. A comprovação do vínculo do profissional deverá ser feita por meio de cópias das Carteiras de Trabalho ou fichas de Registro de Empregado que comprove a condição de que pertence ao quadro da licitante, ou contrato/estatuto social que demonstre a condição de sócio do profissional, ou por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum, ou, ainda, da Declaração de Compromisso de Contratação Futura do profissional, acompanhada da anuência deste.

8.37.1. No caso de Compromisso de Contratação Futura, será exigido, no ato da assinatura do contrato, a comprovação da efetivação do vínculo profissional.

8.38. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.39. Comprovação de aptidão para a execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.40. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados para serviço de manutenção de ar condicionado (janela, e/ou split, e/ou VRF, e/ou Centrais) com os quantitativos mínimos de pelo menos 50% do serviço estimado para essa contratação, conforme subitens a seguir:

GRUPO	POLO	TR LICITAÇÃO	50% HABILITAÇÃO
--------------	-------------	---------------------	----------------------------

1	I	835	417
2	II	734	367
3	III	878	439
4	IV	580	290
5	V	962	480
6	VI	632	316
7	VII	1053	526
8	VIII	685	342

8.41. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois esta situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da INS SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.41.1. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) comprovar que a empresa executou os serviços de manutenção de ar condicionado de forma continuada, por um período mínimo de 12 (doze) meses. Não serão computados na comprovação de quantitativo mínimo os atestados referentes a serviços pontuais.

8.41.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.41.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.41.4. Os atestados de capacidade técnica operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.42. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.43. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor valor, cuja retirada seja suficiente para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 8.260.898,64

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 8.260.898,64 (oito milhões, duzentos e sessenta mil, oitocentos e noventa e oito reais e sessenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1. deste Termo de Referência.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 57202/510181;

II) Fonte de Recursos: (será informado na nota de empenho);

III) Programa de Trabalho: 09.122.2314.21FT.0001

IV) Elemento de Despesa: 339039;

V) Plano Interno: ARCOND

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Considerações Finais

São parte integrante do presente Termo de Referência os documentos listados abaixo, dispostos nesta ordem:

- Anexo I-A – Estudo Técnico Preliminar
- Anexo I-B – Divisão de Polos e endereços das unidades
- Anexo I-C – Listagem de equipamentos por Polo
- Anexo I-D – Cálculo amostras análise ar
- Anexo I-E – Memorial de cálculo
- Anexo I-F – Caderno de Especificações Técnicas
- Anexo I-G1 do TR - Estimativas de Custos e BDI - Polo I
- Anexo I-G2 do TR - Estimativas de Custos e BDI - Polo II
- Anexo I-G3 do TR - Estimativas de Custos e BDI - Polo III
- Anexo I-G4 do TR - Estimativas de Custos e BDI - Polo IV
- Anexo I-G5 do TR - Estimativas de Custos e BDI - Polo V
- Anexo I-G6 do TR - Estimativas de Custos e BDI - Polo VI
- Anexo I-G7 do TR - Estimativas de Custos e BDI - Polo VII
- Anexo I-G8 do TR - Estimativas de Custos e BDI - Polo VIII
- Anexo I-H – Modelos de Relatórios
- Anexo I-I - Modelo de Relatório Técnico Mensal
- Anexo I-J - Modelo de Proposta de Preços

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA CAROLINA ALVES MIRANDA

Chefe ENG-MAN SR Sul



Assinou eletronicamente em 23/01/2025 às 12:21:12.

FELIPE FERREIRA NUNES

Analista do Seguro Social - Eng. Mecânica



Assinou eletronicamente em 23/01/2025 às 16:03:11.

